

REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 26 - número 51 - março 2017

vol. 26 - número 51 - março 2017

Fundação Eng. António de Almeida



NOTA EDITORIAL

DAS EFEMÉRIDES FILOSÓFICAS AO RETORNO DO QUE VERDADEIRAMENTE IMPORTA

No ano em que, entre muitos outros acontecimentos filosóficos mais, celebramos a morte do pensador Francisco Suárez – evocamo-lo aqui, perdoem-nos a imodéstia, por ele ter sido um dos professores mais ilustres e talvez o mais internacionalmente conhecido de toda a história da Academia coimbrã – o presente fascículo da *Revista Filosófica de Coimbra* publica um documento que muito respeita a uma das várias linhas do trabalho desenvolvido pelo “Instituto de Estudos Filosóficos” (vd. www.uc.pt/fluc/uidief). Recordamos que desde a sua criação a *Revista Filosófica de Coimbra* dá voz às palavras mais substanciais, autorizadas, fundamentadas e atualizadas da investigação produzida pelo que agora se denomina secção de Filosofia do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, e sobretudo pela sua Unidade de Investigação & Desenvolvimento. Referimo-nos, a propósito da publicação do documento e à sua estreita ligação com a investigação do “Instituto de Estudos Filosóficos” (U.I.&D.), ao tema contemplado pelo “Prémio Joaquim de Carvalho 2016”, *Aristóteles em Coimbra*. Outras razões podem justificar a inclusão deste documento, da redação de Francesco Mattei (da Universidade de Roma Tre). Por um lado, porque o momento mais alto dos estudos filosóficos conimbricenses, até ao presente, une a temática da monografia premiada à efeméride que celebraremos em 2017. E, por outro lado, o facto (de que muito nos continuamos a orgulhar) de o Prémio em causa ter sido criado sob a égide de um dos mais ilustres investigadores do nosso passado filosófico, Joaquim de Carvalho (1852-1958). Em terceiro lugar, porque o mesmo já premiou (2011) outro dos membros da nossa secção, familiar dos leitores mais fiéis, Edmundo Balsemão Pires (1961-), e o seu título *A individuação da Sociedade Moderna*. Nesta auspiciosa conjugação dificilmente poderíamos ver melhor garantia de autoridade (no sentido etimológico e medieval do vocábulo *auctoritas*).

Eis, como habitualmente pela ordem alfabética de publicação, e sob o grau de exigência da autoridade que acabámos de avocar, o conteúdo mais importante

do fascículo que tem agora nas mãos. Com o reconhecimento que lhe advém de obra sua publicada em 2015, Andityas Soares de Moura Costa Matos debruça-se sobre alguns dos temas mais candentes da filosofia política atual: desobediência civil, democracia radical, estado de exceção económica, poder constituinte e poder desinstituinte. Da sua conclusão ressalte-se a afirmação da “sombria pervivência do profético” das palavras com que Hanna Arendt fundamentou em sede de filosofia político-jurídica a desobediência civil (expressão talvez cunhada por Thoreau em 1848), em *Crises of the Republic: Lying in Politics, Civil Disobedience, On Violence, Thoughts on Politics and Revolution*. Recordemos que apenas um ano antes da publicação do texto de Arendt, ou seja, precisamente em 1971, John Rawls havia lançado aquela que foi talvez a primeira grande discussão do tema, em sua *Teoria da Justiça*. Fernanda Bernardo regressa ao autor sobre o qual mais tem escrito e pensado, Derrida, para deixar exarado que a escassez de escritos sobre cinema não dispensaram contudo Derrida (seria preciso lembrá-lo?) de um pensamento do cinema, que a autora do artigo avalia como de “uma singular experiência de spectralidade.” Continuando com as artes, mas para se tomar por matéria pensante o autorretrato do pintor italiano quinhentista Annibale Carracci (1560-1609), cujas notáveis obras ficarão para sempre associadas à fundação do barroquismo, Gianluca Cuzzo pergunta sobre a relação existente ente um autorretrato e a definição da sua identidade; com a pergunta o autor do artigo dá-nos a pensar o instante em que o eu começa a existir e, surpreendentemente – mercê da ligação às célebres caricaturas de Carracci mas num texto onde se compenetraram filosofia e fisionomia, análise psicológica e teoria da forma artística –, a própria questão do mal. Combinando as artes com a política, capítulo afinal com que iniciámos esta Nota Editorial, Hugo Monteiro elege a deslocação que a “política” vem assumindo na reflexão de Jean-Luc Nancy (um pensador tão amplamente acolhido nas páginas da *Revista Filosófica de Coimbra* e a quem ainda voltaremos). Luís Umbelino é, juntamente com Fernanda Bernardo, no seu próprio domínio, autoridade na matéria sobre a qual se debruça: num primeira parte de um ensaio mais longo (a continuar portanto no próximo fascículo) sobre a filosofia do corpo e o inventário da dor em Merleau-Ponty, L. A. Umbelino mede “a atualidade, alcance e implicações filosóficas” do célebre experimento do membro-fantasma, cuja genealogia o autor evoca, com o intuito de evidenciar “uma outra maneira de ser corpo”. O autor d’*A Fenomenologia da Percepção* continua a merecer a atenção dos autores do presente fascículo, agora na escrita e na reflexão de Paula Galhardo cujo fito é o de demonstrar que a tematização da consciência perceptiva a partir da questão do desconhecimento de si por Merleau-Ponty, longe de merecer a acusação de Sartre relativa ao retorno a uma conceção substancial da consciência, “abre possibilidades inéditas” precisamente à problemática do desconhecimento de si.

Logo em 1992, no seu segundo fascículo, a *Revista Filosófica de Coimbra* publicou uma tradução de um texto filosófico importante. Depois de Henrique de Gand foi a vez de I. Kant, que inaugurou afinal a nova secção da *Revista Filosófica de Coimbra*, *Traduzindo...*, de Teodorico de Freiberg, etc., e os textos mais indispensáveis de outros autores passaram a ver a luz e a merecer o acolhimento lusófono que mereciam eurgia. O leitor mais atento sabe decerto quais os textos e os autores que foram até hoje acolhidos, seja em gesto de refletida recordação, de temperada oportunidade, ou de divulgação militante. Isto, evidentemente, sem nunca obliterarmos a convicção de que traduzir é sempre um gesto filosófico. Pierre Hadot (1922-2010) e Jean-Luc Nancy (1940-), autores que dificilmente se entrelaçariam, pois pouco têm em comum, à exceção talvez da nacionalidade e da exigência do pensar, aparecem ligados hoje na *Revista Filosófica de Coimbra*, por razões muito distintas mas bem fáceis de entender pela leitura dos dois textos adiante traduzidos (isto é, um com a sangrenta urgência da horrenda data de 14 de julho de 2016, o outro com a paciência de um diálogo humano e frágil com uma história interpelante). Para dizer razões tão ponderosas numa palavra breve, como a que aqui convém: porque ambos os textos franceses cumprem o principal horizonte que sempre foi e continuará a ser apanágio da política editorial da *Revista Filosófica de Coimbra*.

Mário Santiago de Carvalho
(primavera de 2017)

(Página deixada propositadamente em branco.)